



VALENTE NÃO DESCARTA A POSSIBILIDADE DE IMPUGNAR VOTAÇÃO

# Reclamações contra a boca-de-urna

ERIKA KLINGL

DA EQUIPE DO CORREIO

Professores, pais e funcionários de pelo menos 20 escolas da rede pública do Distrito Federal entraram com recursos administrativos na Secretaria de Educação denunciando irregularidades no processo de escolha dos diretores e vice-diretores. De acordo com a subsecretaria de Educação Básica e coordenadora da eleição, Ana Carmina, esse é o saldo parcial após 48 horas da votação e fim do prazo para recursos. "O número deve ser maior, mas, às 17h, estava com 20 processos nas minhas mãos", observa Carmina.

As principais queixas são por boca-de-urna durante o processo, realizado em 120 dos 620 colégios públicos do DF. "Além de propagandas dentro das esco-

las, o que era proibido, houve casos em que os integrantes do Conselho Escolar, responsável por referendar o nome da diretora, questionam a independência do grupo", disse Carmina. Um dos casos de recurso ocorreu na Escola Classe 18, do Gama. Uma professora, que faz parte do conselho e pediu para não ser identificada, acusa a atual direção do colégio de coagir quem votou contra ela. A denúncia foi feita à Regional de Ensino do Gama.

Ontem, por meio de nota, o secretário de Educação, José Luiz Valente, argumentou que se os recursos e denúncias forem procedentes a comissão eleitoral fará a instrução processual necessária e abrirá prazo de 48 horas para a defesa dos denunciados. "Feito isso, julgarei caso a caso com base em re-

latório conclusivo elaborado pela comissão", afirma. A impugnação da votação não está descartada.

O secretário também disse que estará atento ao cumprimento das metas por parte das equipes eleitas e nomeadas, que serão avaliadas mensalmente nos primeiros dois anos de mandato. Depois disso, novas eleições podem ser convocadas. "A nova política de descentralização dá plena autonomia administrativa à direção das escolas, mas isso terá um preço e muita cobrança", destacou o secretário.

Até sexta-feira, a secretaria indicará os novos diretores das 156 escolas que não tiveram candidatos, equipes eleitas pela comunidade escolar ou referendadas por seus conselhos escolares. No início de janeiro,

quando todos os diretores tomarem posse, eles terão de assinar um termo de compromisso pelo qual acatam as novas normas e se comprometem a atingir metas estabelecidas pelo governo: elas vão desde a redução da repetência até a economia nos gastos, por aluno, com água e luz.